



DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021

40 TEMAS APLICADOS SOBRE
PLANEJAMENTO, CONDUÇÃO
E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO,
CONTRATAÇÃO DIRETA E
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

Local: Recife/PE

Data: 16 a 18 de maio



O Curso

A aplicação segura do novo regime de licitação e contratos, Lei nº 14.133/2021, e dos atos regulamentares já editados requer a capacitação e a preparação dos agentes responsáveis. Só assim é possível dar conta do desafio de interpretar esse novo regime e fazer as escolhas mais eficientes.

Com a virada de chave definitiva para o novo regime, é urgente a necessidade de capacitar os agentes envolvidos nas contratações públicas. São profundas e muitas as novidades. Seleccionamos 40 assuntos fundamentais a serem enfrentados e solucionados no dia a dia do planejamento e do julgamento das licitações, além das principais hipóteses de dispensa de licitação e de vários casos relacionados à execução e à fiscalização dos contratos de compras e serviços, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Uma visão ampla e com enfoque aplicado para os temas mais relevantes das contratações de compras e serviços!

Mais do que nunca, a Zênite está ao lado da Administração Pública para preparar os agentes públicos responsáveis pelas licitações e pelos contratos. A marca Zênite é garantia de segurança e resultado de sua capacitação!

Motivos para participar



Entender as novidades, as alterações e as polêmicas a respeito de pontos fundamentais e práticos da nova Lei relacionados com o planejamento e o julgamento das licitações, com a dispensa de licitação e com a execução dos contratos de compras e serviços.

Estudar e debater, com grandes especialistas no assunto, as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos de compras e serviços.

Conhecer pontos relevantes dos normativos federais já editados sobre os temas, que, mesmo para órgãos e entidades não vinculados a tais atos, representam importante referência sobre o assunto.

Compreender os entendimentos do TCU e do Judiciário que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.

Quem deve participar



Agentes de
contratação



Pregoeiros



Equipes de apoio



Agentes públicos
envolvidos em
licitações

Agenda



Credenciamento

No primeiro dia do
evento a partir
de 7h30.



Horários

Entrada: 8h30
Almoço: 12h30 às 14h
Término: 18h



Carga Horária

24 horas

Professores



Joel de Menezes Niebuhr

Advogado. Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP. Professor de cursos de pós-graduação. Autor de: *Licitação pública e contrato administrativo* (4. ed., Fórum, 2015); *Dispensa e inexigibilidade de licitação pública* (4. ed., Fórum, 2015); *Pregão presencial e eletrônico* (7. ed., Fórum, 2015); *Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos* (2. ed., Fórum, 2013); *O novo regime constitucional das medidas provisórias* (Dialética, 2001); e *Princípio da isonomia na licitação pública* (Obra Jurídica, 2000).



José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.

Programa

Dias 16 e 17 de maio / Professor: José Anacleto Abduch Santos

DESAFIOS PRÁTICOS DA APLICAÇÃO DA NOVA LEI; AGENTES RESPONSÁVEIS; ETAPAS, DECISÕES E DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO

- 1** Data de entrada em vigor da nova Lei, marco a ser considerado para a virada de chave e o período de convivência entre os regimes – Polêmicas e repercussões práticas
- 2** A entrada em operação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a manutenção das dúvidas e dificuldades, especialmente para órgãos e entidades “não Sisg” – Orientação recente do TCU
- 3** As várias regulamentações previstas na nova Lei e os impactos práticos – Recepção de regulamentos vigentes, o que pode ser disciplinado em edital e os temas com eficácia limitada
- 4** Agentes responsáveis: agente de contratação, pregoeiro, comissão e banca julgadoras, equipe de apoio, setor requisitante, assessorias jurídica e fiscal, gestor e autoridade – Competências
- 5** Requisitos para a nomeação dos agentes, segregação de funções e a reserva do possível – Pontos de destaque do Decreto nº 11.246/2022
- 6** Responsabilidade dos agentes por ações e omissões, erro grosseiro e orientações atuais do Judiciário e do TCU
- 7** Etapas do planejamento e os documentos que precisam ser formalizados
- 8** Plano de Contratações Anual – O que é, qual importância e os pontos mais relevantes do Decreto nº 10.947/2022
- 9** Prioridade para a centralização e a padronização das contratações – Plano Nacional de Contratações Anual (PNCP) como instrumento facilitador – Pontos mais importantes da Portaria Seges/ME nº 938/2022
- 10** Estudo técnico preliminar (ETP), termo de referência (TR) e análise dos riscos (mapa de riscos, matriz de riscos e cláusula contratual definidora dos riscos) – Conteúdo, importância e inter-relação fundamental entre eles (com destaques da IN nº 58/2022 e da IN nº 81/2022)
- 11** Pesquisa de preços e os procedimentos da IN nº 65/2021
- 12** Preço estimado como limite máximo – Disciplina da nova Lei
- 13** Bens de qualidade comum e de luxo – Tratativa do Decreto nº 10.818/2021 e os desafios aplicados

Programa

14 Definição do encargo e garantia de qualidade

- ▷ Indicação ou vedação de marca e a prova de qualidade
- ▷ Certificação e carta de solidariedade
- ▷ Amostras, exame de conformidade e prova de conceito

15 Reunião ou parcelamento do objeto e as ponderações relacionadas com responsabilidade e qualidade técnica

16 Condições de participação e os documentos de habilitação – Diretrizes do que pode/não pode ser exigido nas contratações de compras e serviços

DESAFIOS PRÁTICOS DA ESCOLHA DA MODALIDADE, DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DOS MODOS DE DISPUTA; FLUXO DO PROCEDIMENTO E SANEAMENTO DE VÍCIOS NO JULGAMENTO; COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS; DESTAQUE PARA AS NOVIDADES DA IN Nº 73/2022

17 Modalidades de licitação para compras e serviços comuns (pregão e concorrência) – Cabimento e fluxo do procedimento e a similaridade entre pregão e concorrência

18 Aplicabilidade da IN nº 73/2022 – Quem está obrigado e a adoção como referencial – Impactos aplicados

19 Critérios de julgamento para compras e serviços comuns (menor preço e maior desconto) e modos de disputa (aberto, aberto e fechado, fechado e aberto)

20 Modos de disputa (aberto, aberto e fechado, fechado e aberto) – Cabimento e novidades da IN nº 73/2022 – Destaques do procedimento de acordo com a nova Lei e a IN nº 73/2022

21 Orçamento sigiloso e o momento de divulgação – Impactos na negociação

22 Falha ou falta dos documentos de habilitação – Limites para as correções e o Acórdão nº 1.211/2021 – Disciplina da IN nº 73/2022

23 Falhas na proposta comercial e na planilha de custos – Limites para as correções e as orientações do TCU – Disciplina da IN nº 73/2022

Programa

DESAFIOS PRÁTICOS DA INSTRUÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

- 24** Especificidades do planejamento nas dispensas de licitação: elaboração do ETP e do TR e a gestão de riscos
- 25** Cautelas na pesquisa de preços para a instrução de dispensa de licitação
- 26** Dispensa pelo valor – É possível realizar dispensa com base no regime antigo e no novo em um mesmo exercício?
- 27** Dispensa pelo valor e o fracionamento indevido – “Parcelas de uma mesma obra, serviços e compras”, “mesma natureza” e “mesmo local” – O que deve ser somado e o que pode ser dividido – Orientações do TCU
- 28** Dispensa pelo valor para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores, incluindo fornecimento de peças – Novidades da nova Lei e as cautelas em sua adoção
- 29** Dispensa de licitação na forma eletrônica – Quando é obrigatória e quando é facultativa – Procedimento e a IN Seges/ME nº 67/2021
- 30** Licitação deserta e fracassada e a dispensa de licitação – Novidades previstas na nova Lei
- 31** Boas práticas e passo a passo para a instrução segura das dispensas pelo valor, por emergência, deserta e fracassada

Programa

Dia 18 de maio / Professor: Joel de Menezes Niebuhr

DESAFIOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

- 32** Formalização por instrumento de contrato e os casos em que é possível adotar o instrumento substitutivo
- 33** Publicidade dos contratos e o PNCP
- 34** Atribuições dos fiscais (técnico e administrativo), do gestor e da autoridade – Novidades do Decreto nº 11.246/2022
- 35** Contratos por prazo e por escopo e as repercussões práticas da distinção
- 36** Duração dos contratos de compras e serviços e a prorrogação dos prazos
- 37** Cuidados para estabelecer o prazo inicial
 - ▷ Condições a serem verificadas a cada exercício
 - ▷ Condições e prazos máximos de prorrogação
- 38** Alterações qualitativas e quantitativas – Polêmicas em torno das alterações unilateral e por acordo – Cabimento de cada uma de acordo com a nova Lei – Limites para as alterações e a manutenção do problema – O que é valor inicial atualizado do contrato em compras, obras e serviços?
- 39** Revisão, reajuste e repactuação – Distinção, cabimento e periodicidade
- 40** Adoção de reajuste por índice e repactuação em um mesmo contrato – Possibilidade? – Omissão da nova Lei e as ponderações de ordem prática
- 41** Preclusão do direito à revisão, ao reajuste e à repactuação – Disciplina da lei e as dificuldades práticas de interpretação
- 42** Matriz riscos e cláusula de alocação dos riscos – Impactos nas alterações e no direito à revisão dos valores do contrato
- 43** Extinção dos contratos – Motivos – Hipóteses que caracterizam direito do contratado – Unilateral, por acordo, por decisão arbitral/cláusula compromissória ou por compromisso arbitral /decisão judicial – Indenizações devidas, procedimento a ser observado
- 44** Sanções administrativas – Penalidades na nova Lei, cabimento e principais novidades

AULA BÔNUS ONLINE COM CERTIFICAÇÃO ADICIONAL

Neste curso você contará com uma aula especial no formato online e totalmente gratuita sobre os desafios práticos para a aplicação da Nova Lei de Licitações. A aula acontecerá no ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br).

O objetivo dessa aula é promover e intensificar as discussões sobre a nova Lei de Licitações, trazendo alguns temas em destaque, como o período de convivência do regime antigo e novo; aspectos pontuais do planejamento; do julgamento e da fiscalização dos contratos, tudo de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Não perca essa oportunidade única de se capacitar e aprofundar seus estudos sobre a Nova Lei de Licitações!

Faça sua inscrição agora mesmo e garanta sua vaga!

Confira abaixo as condições de participação, os requisitos técnicos e o detalhamento do conteúdo desta Aula Bônus.

Condições importantes:

- A aula bônus será no formato on line e ao vivo no dia 26 de junho de 2023, das 14h às 17h, mas ficará disponível por mais 7 (sete) dias (caso você queira revê-la).
- Para cada inscrição no curso, será concedida uma vaga para a aula bônus podendo ser o próprio participante do curso ou outro agente de seu órgão/entidade. A indicação do participante para a aula bônus fica a critério do órgão contratante.
- No ato de inscrição para o Curso, já deverá ser indicado o participante da aula bônus para que seja liberado login e senha individual para a aula bônus.
- A aula bônus não implica custos adicionais.
- Será emitido certificado específico para a aula bônus, contemplando carga horária de 3 (três) horas. Assim, caso seja o mesmo participante na Aula Bônus e no curso, este receberá dois certificados (um correspondente ao curso e outro à aula bônus).

Requisitos técnicos:

- Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso à aula bônus. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora da aula, preenchendo o seu login e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual da Aula.
- Para o bom funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:
 - Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram
 - Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)
 - Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome
 - Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps
- A transmissão dos cursos on line e da Aula bônus se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br>; *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

AULA BÔNUS ONLINE

COM CERTIFICAÇÃO ADICIONAL

IMPORTANTE:

- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso/aula. Assim, participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos ignorar esta mensagem e assistir o curso/aula por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.



Aula Bônus

Dia 26 de junho, das 14h às 17h

Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

TEMAS FUNDAMENTAIS E APLICADOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

- 01** Quais os impactos da MP nº 1.167/2023 que ampliou o período de convivência entre os regimes antigo e novo? Quais os prazos e marcos a serem observados? E os contratos formalizados com base no regime antigo, como ficarão após dezembro? Atas de SRP formalizadas com base no regime antigo, permanecem em vigor mesmo depois de dezembro de 2023? Podem gerar novas contratações?
- 02** Quais os pontos merecem destaque em relação à estrutura, às fases e aos documentos do planejamento da contratação? Quais as boas práticas a serem adotadas na elaboração desses documentos?
- 03** Qual a disciplina da nova Lei sobre as correções e o saneamento? Quais falhas podem ser corrigidas nas propostas, na habilitação e na planilha? Quem deve conduzir a fase de saneamento? Quais os limites para a correção? Quais as recentes orientações do TCU sobre o tema já conforme o regime da Lei nº 14.133/2021?
- 04** De acordo com a nova Lei, é possível conceder revisão, reajuste e repactuação após a prorrogação ou o encerramento do contrato? A nova Lei trata de preclusão do direito? Qual o impacto aplicado sobre esse tema?

Investimento

R\$ 5.450,00 / PARTICIPANTE*



3 almoços e 6 *coffee breaks*

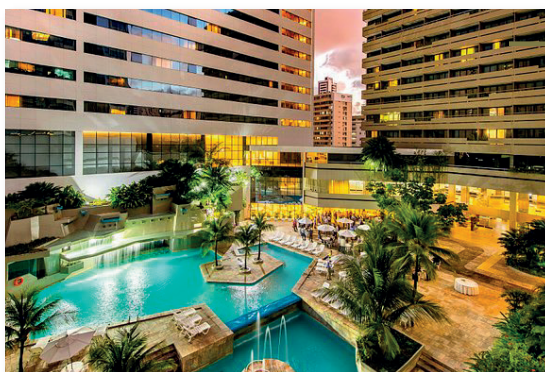
Livro: *Nova Lei de licitações e contratos administrativos – Lei nº 14.133/2021*
(Editora Zênite)

Apostila específica do Seminário

Material de apoio e Certificado*

A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

* O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário.



Onde será?

MAR HOTEL CONVENTIONS

R. Barão de Souza Leão, 451 •

Boa Viagem • Recife/PE

Fone (81) 3302-4446

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas:

Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258



Observação:

Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix

Informação e inscrições:

Whatsapp (41) 99643.4141 / Tel (41) 2109.8666 / evento@zenite.com.br / www.zenite.com.br

Av. Sete de Setembro, 4698 | Batel | Curitiba PR | CEP 80240-000